

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.227.138 - RJ (2017/0336280-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : HILDA GONÇALVES**  
**ADVOGADOS : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA - DF019640**  
**WELINGTON DUTRA SANTOS - RJ155434**  
**RAYANNE ILLIS NEIVA PEREIRA - DF038331A**  
**DIEGO GOIÁ SCHMALTZ E OUTRO(S) - DF045713**

## DESPACHO

Trata-se de agravo interno, interposto pela UNIÃO, contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário manejado em face de acórdão da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, sintetizado nos seguintes termos (fl. 428):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. OBSERVÂNCIA.

1. No julgamento do RE n. 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o STF reconheceu que, de acordo com o art. 5º, LXX, “b”, da CF, para impetrar mandado segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados, as associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5º, XXI, da CF, restando decidido que, naquela hipótese, as associações atuam como substituto processual, e nesta última, como representante dos associados.

2. O STJ já se manifestou no sentido de que os sindicatos e as associações, na qualidade de substitutos processuais, têm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, de modo que, caso a sentença do *writ* coletivo não tenha uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, a coisa julgada advinda da ação coletiva deve alcançar todas as pessoas da categoria, e não apenas os filiados.

3. Hipótese em que, no título exequendo, esta Corte acolheu embargos de divergência opostos pela Associação "para que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei nº 11.134/05, seja estendida aos servidores do antigo Distrito Federal em razão da vinculação jurídica criada pela Lei nº 10.486/2002", não havendo qualquer limitação quanto aos associados da então impetrante.

4. Acolhidos os embargos de divergência, nos moldes do disposto no art. 512 do CPC/1973 (vigente à época da prolação do aresto), deve prevalecer a decisão proferida pelo órgão superior, em face do efeito substitutivo do recurso.

5. Agravo interno desprovido.

A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso extraordinário, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, conforme

# *Superior Tribunal de Justiça*

ementa abaixo (fl. 523):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 660/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou a ocorrência do trânsito em julgado, datado de 25/09/2019 (fl. 532).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, o peticionário aviou o presente agravo interno, protocolado eletronicamente em 29/09/2019 (fls. 3/16 do expediente avulso)

A parte agravada, por sua vez, apresentou as contrarrazões às fls. 21/23 do expediente avulsto.

**Não há mais nada a prover na espécie.**

Observa-se, como mencionado, que o trânsito em julgado da decisão em que se negou seguimento ao recurso extraordinário já foi certificado nestes autos (fl. 532), sendo manifestamente incabível o presente recurso.

De fato, a prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente